

BNCC

**Um resumo das mudanças
trazidas pela Base Nacional
Comum Curricular em 2020**

SUMÁRIO

Você sabe o que é a BNCC? Para que serve? Não?	4
Competências gerais da educação básica	7
Um breve histórico da BNCC	10
Resumo das mudanças trazidas pela BNCC	13
Educação Infantil	17
Ensino Fundamental	18
Ensino Médio	20
Principais impactos e desafios	22
REFERÊNCIAS	26

Você sabe o que é a BNCC? Para que serve? Não?

Não se preocupe, é para isso que foi organizado este manual. O objetivo é fazer com que você compreenda este documento com um jeito leve e descontraído. Vamos começar? A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento com caráter normativo que serve de referência para a elaboração dos currículos de todas as escolas que ofertam educação básica no país. Traremos neste resumo um breve histórico da BNCC, assim como as mudanças que ocorreram a partir de 2018, seus principais impactos e desafios para a educação no Brasil. A ideia é esclarecer todas as dúvidas, portanto, conte conosco nesta caminhada.



Antes disso, é importante entender que a base orienta não apenas na construção dos currículos, mas na elaboração e revisão das propostas pedagógicas, nas políticas para formação de professores, nos materiais didáticos e avaliações. Ela foi criada com o objetivo de promover a equidade por meio de uma formação integral do cidadão. Quando se fala de uma educação completa, trata-se não apenas do desenvolvimento intelectual, mas também social, físico, emocional e cultural, compreendidos como fundamentais para uma total construção do saber.

Através da BNCC, e com base nas aprendizagens essenciais para garantir uma formação integral, foram estabelecidas dez competências gerais que nortearão o trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares. Além dos pontos citados anteriormente, vale destacar que a Base Nacional fará com que todo o país fale a mesma língua por meio de uma estrutura única baseada em habilidades e competências.

A ideia, de forma geral, é que o aluno passe a aprender prioritariamente para a vida, e não exclusivamente para a prova. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.



Então, conseguiu entender os conceitos da BNCC e para que ela serve? Entendendo que a BNCC é um documento importante para a promoção da igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, passaremos agora para as competências gerais da educação básica.

Continue a leitura, temos muito a aprender ainda.

Competências gerais da educação básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.



4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar





e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Um breve histórico da BNCC

Como a BNCC pode nos ajudar na formação dos cidadãos e da sociedade que queremos? Antes de responder a esta pergunta, um breve histórico da BNCC.

A BNCC vem sendo motivo de pautas há muitos anos. Sobreviveu a seis ou sete ministros e dois presidentes da República, e apenas em 2018 passou a ser implementada. Na Constituição Federal de 1988 já era prevista a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o Ensino



Fundamental. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi determinada a adoção de uma base comum para toda a educação básica. Em 1997 são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais referenciando cada disciplina do currículo escolar. A BNCC é contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014.

O MEC, Consed e Undime definem o grupo de redação e, em setembro de 2015, a primeira versão da BNCC é publicada e submetida à consulta pública. A terceira versão do documento é elaborada em 2017 e sua aprovação passa por audiências públicas através do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo que no final desse processo a BNCC é finalmente concebida pelo MEC.

Por fim, a implementação da base comum em todas as escolas é prevista para ocorrer de 2018 a 2020, passando por etapas, como (re)elaboração dos currículos, revisão de materiais didáticos e formação de professores.

É importante destacar que a construção da BNCC foi toda elaborada de forma democrática, envolvendo educadores e membros da sociedade.

Voltemos à pergunta: como a BNCC pode nos ajudar na formação dos cidadãos e da sociedade que queremos? Fornecendo aos professores e demais educadores treinamento de ferramentas para que possam aceitar novos métodos de ensino e estarem aptos a orientar no desenvolvimento das habilidades e competências propostas pela BNCC. E, por fim, garantir que o sistema de avaliação seja revisado e remodelado de acordo com as recomendações da BNCC, tendo como sistema de avaliação a avaliação de sala de aula, bem como as avaliações de larga escala para medir a qualidade da educação.



Resumo das mudanças trazidas pela BNCC

A BNCC define dez competências gerais que englobam os seguintes aspectos:

1. Conhecimento.
2. Pensamento científico, crítico e criativo.
3. Repertório cultural.
4. Comunicação.
5. Argumentação.
6. Cultura digital.
7. Autogestão.
8. Autoconhecimento e autocuidado.
9. Empatia e cooperação.
10. Autonomia e responsabilidade.



São contemplados elementos cognitivos, sociais e pessoais a serem desenvolvidos pelos alunos. Aplicam-se a toda a área do conhecimento, independente do componente curricular. A ideia não é planejar uma aula específica sobre as competências contempladas na Base Comum Curricular, mas articular a sua aprendizagem à de outras habilidades relacionadas às áreas do conhecimento.



A priorização do desenvolvimento de competências é muito mais moderna e efetiva do que olhar para o desenvolvimento de um conteúdo específico. Vale ressaltar que a BNCC diz aonde se quer chegar com a educação, mas os responsáveis pelos caminhos para chegar até lá são os currículos. Na figura a seguir, você compreenderá como a estrutura ficou organizada:

Educação Básica

Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular

Educação Infantil

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Campos de experiências

0-1a 6m

1a 7m -
3a 11m

4a - 5a
11m

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento

Ensino Fundamental

Áreas de conhecimento

Competências específico de área

Componentes curriculares

Competências específicas de componente

Anos iniciais

Anos finais

Unidades temáticas

Objetivos de conhecimento

Habilidades

Ensino Médio

Áreas de conhecimento

Competências específico de área

Língua Portuguesa

Matemática

Habilidades

Fonte: Ministério da Educação

Perceba que toda a estrutura da educação básica se inicia pelas competências gerais, sendo que cada etapa é pensada em um formato diferente. Entenda todas essas mudanças, com maiores detalhes, na sequência.

O compromisso com a educação integral: a sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. O objetivo é que as pessoas sejam proativas, tolerantes, civilizadas, críticas, justas, participativas e praticantes da empatia, que sejam trabalhadoras, mas que saibam se divertir, sejam responsáveis, de boa índole, menos consumistas e mais conscientes, principalmente com o meio ambiente.

Para isso, precisamos proporcionar o resgate de valores, como dignidade, respeito, amor e solidariedade, demonstrando com exemplos positivos e motivadores. Uma educação onde o diálogo é o ponto de partida.

Educação Infantil

Na Educação Infantil, os currículos precisam ser elaborados seguindo alguns eixos estruturantes, que correspondem aos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

1. Conviver.
2. Brincar.
3. Participar.
4. Explorar.
5. Expressar.
6. Conhecer-se.

Além dos cinco campos de experiências:

1. O eu, o outro e o nós.
2. Corpo, gestos e movimentos.
3. Traços, sons, cores e formas.
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação.
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Por fim, é necessário definir os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada faixa etária – bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.



Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental passou a ser estruturado através de cinco áreas do conhecimento, são elas:

1. Linguagens.
2. Matemática.
3. Ciências da natureza.
4. Ciências humanas.
5. Ensino religioso.

Vale destacar que essas áreas foram pensadas, dentre outros fatores, para favorecer a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares. Cada área do conhecimento possui competências específicas a serem desenvolvidas pelos alunos, assim como cada componente curricular (Língua Portuguesa, Educação Física, Geografia, História etc.), conforme a fase do ensino – Anos Iniciais e Anos Finais.

Para desenvolver as competências específicas de cada componente curricular e fase do ensino, é necessária a definição também de:

Habilidades, que devem ser relacionadas a:

- Objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos), organizados em unidades temáticas.

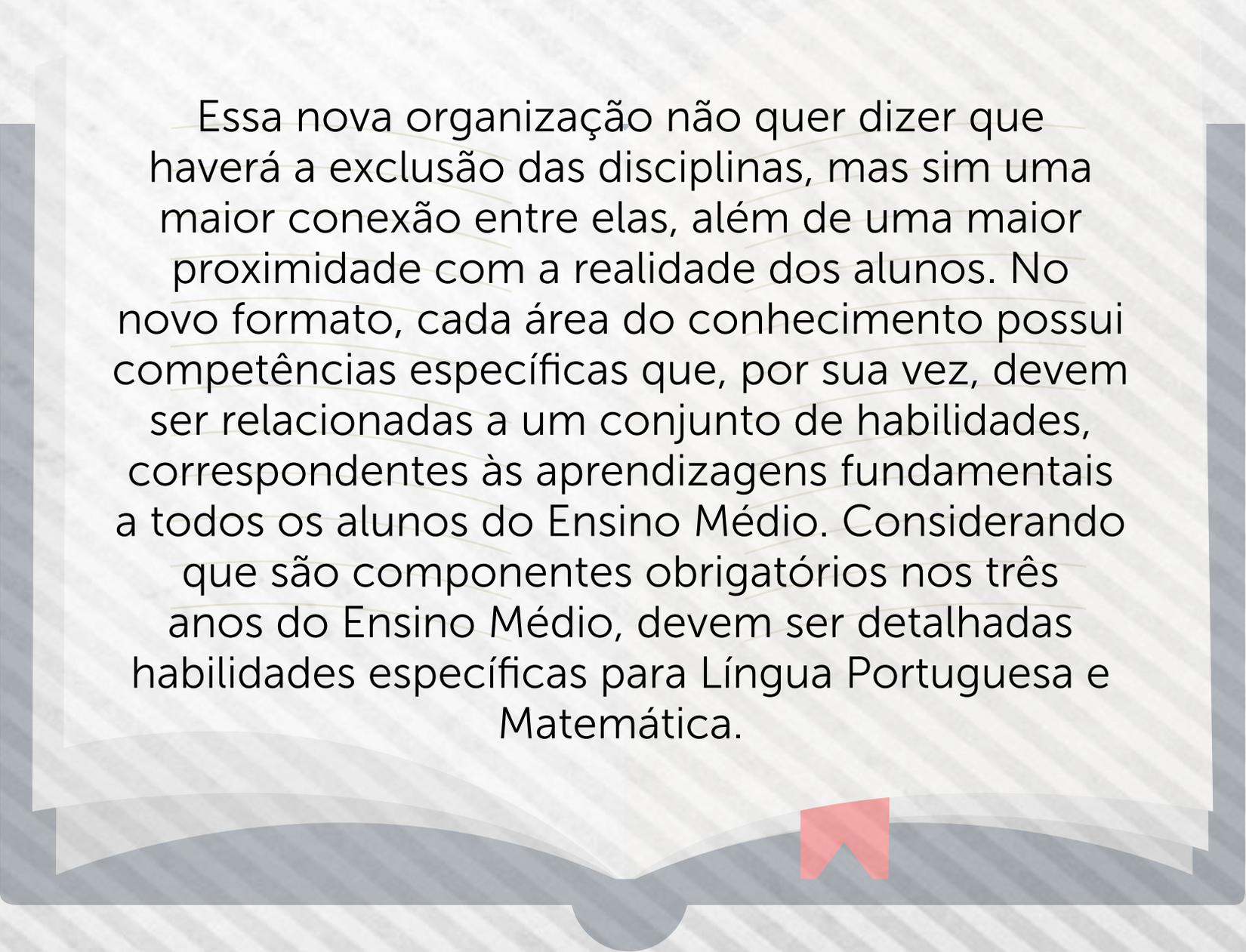


Ensino Médio

O Ensino Médio foi a última etapa de ensino a ser homologada – em dezembro de 2018 – após inúmeras consultas públicas. O Ministério da Educação, além do texto de aprovação, disponibilizou um guia de implementação e um site inteiramente dedicado ao novo Ensino Médio.

Diferente do Ensino Fundamental, suas áreas de conhecimento foram estruturadas da seguinte forma:

1. Linguagens e suas tecnologias.
2. Matemática e suas tecnologias.
3. Ciências da natureza e suas tecnologias.
4. Ciências humanas e sociais aplicadas.

An illustration of an open book with a red bookmark. The text is centered on the right page of the book. The background is a light gray with a subtle pattern of diagonal lines.

Essa nova organização não quer dizer que haverá a exclusão das disciplinas, mas sim uma maior conexão entre elas, além de uma maior proximidade com a realidade dos alunos. No novo formato, cada área do conhecimento possui competências específicas que, por sua vez, devem ser relacionadas a um conjunto de habilidades, correspondentes às aprendizagens fundamentais a todos os alunos do Ensino Médio. Considerando que são componentes obrigatórios nos três anos do Ensino Médio, devem ser detalhadas habilidades específicas para Língua Portuguesa e Matemática.

Principais impactos e desafios

Para que tenhamos um processo de (re)elaboração dos currículos de forma articulada, e para que não haja inúmeros modelos do documento no país, foi criado um padrão de currículo através de um regime de colaboração.

A ideia é que os estados, junto aos seus municípios, padronizem um modelo de maneira a agregar as especificidades de cada cidade. O regime colaborativo acaba abrindo portas para que outros assuntos possam ser trabalhados de forma articulada, e não apenas na elaboração do currículo.

Vale destacar que o impacto se dará, não apenas na re(elaboração) dos currículos, mas nos processos de



ensino e aprendizagem, gestão, formação de professores, avaliações e no próprio Projeto Político-Pedagógico (PPP), perpassando as etapas a seguir até chegar na implementação da BNCC nas escolas:

1. Estruturação da governança da implementação.
2. Estudo das referências curriculares.
3. Re(elaboração) curricular.
4. Formação continuada.
5. Revisão dos projetos pedagógicos.
6. Materiais didáticos.
7. Avaliação e acompanhamento de aprendizagem.

A situação atual – início de 2020 – é 100% dos referenciais curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em todo o Brasil, alinhados à BNCC e aprovados. Sendo que os últimos estados a finalizarem o documento foram o Rio de Janeiro e o Amazonas.

É importante lembrar que o processo de revisão dos referenciais curriculares contou com a colaboração entre estados e municípios e com a disponibilização do documento para consulta pública, procurando tornar o trabalho o mais transparente e democrático possível. Essas aprovações marcaram o fim da primeira etapa da implementação da BNCC – para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – e deram o pontapé para que as próximas fases sejam executadas.

O maior desafio virá quando ocorrer a implementação da BNCC no Ensino Médio. Um ponto de atenção, por exemplo, será organizar a progressão das aprendizagens e, ao mesmo tempo, equilibrar os componentes obrigatórios aos flexíveis (os chamados itinerários formativos).

Algumas práticas previstas na Base Comum Curricular são aplicadas de forma intuitiva em várias escolas, mas com a sistematização e o planejamento do processo educacional, essas práticas serão aplicadas de maneira intencional e impactarão muito mais alunos em todo o território nacional.



As mudanças projetadas através da BNCC, em resumo, trazem uma grande expectativa para garantirmos a questão do aprendizado e a constante melhoria do ensino, temas centrais quando falamos da construção do saber.

REFERÊNCIAS

Resumo adaptado de: <https://blog.portabilis.com.br/mudancas-da-bncc-2020/>.

BNCC na íntegra: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.